

23 de setembro de 2015

Principais Agregados das Administrações Públicas  
2014 – Dados provisórios

**Principais Agregados das Administrações Públicas**

O INE apresenta os dados dos Principais Agregados das Administrações Públicas relativos à estimativa provisória anual de 2014 enviados ao Eurostat no âmbito do programa de transmissão SEC2010<sup>1</sup>.

As contas do setor das Administrações Públicas apresentadas neste destaque são compiladas de acordo com os conceitos e definições do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais 2010 (SEC 2010). Complementarmente são seguidas as orientações específicas do Manual do Défice e da Dívida das Administrações Públicas<sup>2</sup> (AP).

Os dados apresentados são consistentes com a segunda notificação de 2014 relativa ao Procedimento dos Défices Excessivos (PDE), também hoje divulgada.

**PRINCIPAIS AGREGADOS DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS - DADOS PROVISÓRIOS**  
ANO: 2014

Unidade: Milhões de euros

Códigos das operações	Designação das operações	Administrações Públicas S13	Administração Central S1311	Administração Regional e Local S1313	Fundos de Segurança Social S1314
TE	Total de despesas das administrações públicas	89 677	68 558	10 595	22 967
TR	Total de receitas das administrações públicas	77 231	54 772	11 141	23 760
B.9	Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento (saldo em Contas nacionais)	-12 446	-13 785	546	793

Nota:

Para o total das despesas e total das receitas a soma dos subsectores não é igual ao valor do total do sector, por efeitos de consolidação de algumas operações.

Como se pode observar, o setor institucional das Administrações Públicas registou uma necessidade líquida de financiamento de 12 446 milhões de euros em 2014. Essa necessidade de financiamento teve origem no Subsetor da Administração Central, dado que o Subsetor da Administração Regional e Local e o Subsetor dos Fundos da Segurança Social registaram capacidade líquida de financiamento.

<sup>1</sup> Regulamento (UE) n.º 549/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de maio de 2003, relativo ao sistema europeu de contas nacionais e regionais na União Europeia.

<sup>2</sup> Este documento está disponível em [http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/product\\_details/publication?p\\_product\\_code=KS-GQ-13-006](http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/product_details/publication?p_product_code=KS-GQ-13-006)  
Principais Agregados das Administrações Públicas – setembro de 2015

O quadro 2 apresenta as principais componentes da receita das Administrações Públicas para os anos de 2011 a 2014.

**QUADRO 2 - RECEITAS DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS S13**

Unidade: Milhões de euros

Códigos das operações		2011	2012	2013	2014Po
OTR	RECEITA TOTAL	75 106	72 190	76 787	77 231
OTE-D9	RECEITA CORRENTE	73 167	69 218	74 840	75 786
	da qual				
D2	Impostos sobre a produção e a importação	24 411	23 340	23 320	24 593
D61	Contribuições Sociais	21 201	19 142	20 449	20 371
D5	Impostos correntes sobre o rendimento, património, etc...	16 703	15 141	19 411	18 974
D9	RECEITA DE CAPITAL	1 939	2 971	1 948	1 445

A receita total das Administrações Públicas aumentou 2,8% entre 2011 e 2014. Esse aumento teve origem na melhoria da receita corrente, dado que as receitas de capital registaram uma diminuição muito acentuada entre 2011 e 2014 (variação de -25,5%).

Entre 2011 e 2014 a receita corrente aumentou 3,6%. Esse aumento da receita corrente tem origem sobretudo nas receitas de impostos correntes sobre o rendimento e património e inicia-se em 2013, ano em que as taxas do Imposto sobre os Rendimentos Singulares (IRS) aumentaram. Em sentido contrário, deve salientar-se o decréscimo de 3,9% das receitas de contribuições sociais. Os impostos sobre a produção e a importação registaram um aumento de menor dimensão (0,7%). Em 2014 os impostos sobre a produção e a importação representavam 32,5% da receita corrente (33,4% em 2011); as contribuições sociais 26,9% (29% em 2011) e os impostos correntes sobre o rendimento e património, 25% (22,8% em 2011).

O quadro 3 apresenta as principais componentes da despesa das Administrações Públicas para os anos de 2011 a 2014.

**QUADRO 3 - DESPESAS DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS**

Unidade: Milhões de euros

ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS S13					
Códigos das operações		2011	2012	2013	2014 Po
OTE	DESPESA TOTAL	88 112	81 719	85 032	89 677
OTE-D9-P5-NP	DESPESA CORRENTE	80 400	76 208	79 638	79 288
	da qual				
D1	Remunerações dos Empregados	22 614	19 688	21 317	20 495
D62	Prestações Sociais, exceto Prestações Sociais em espécie	29 936	29 654	31 520	30 722
D41	Juros	7 604	8 214	8 258	8 502
D9+P5+NP	DESPESA DE CAPITAL	7 712	5 510	5 394	10 389

A despesa das Administrações Públicas em 2014 aumentou 5,5% face a 2013. Esse aumento deve-se ao comportamento da despesa de capital, o qual é decisivamente influenciado pelo registo da capitalização do Novo Banco em 2014, no valor de 4,9 mil milhões de euros, como transferência de capital. Além disso a despesa de capital é ainda influenciada pelo resultado do registo das operações de financiamento do Estado à STCP e à Carris, pelo *write-off* de *non performing loans* do BPN Crédito, detidos pela Parvalorem, S.A..

A despesa corrente evidenciou um comportamento diferenciado no período que decorreu entre 2011 e 2014. Em 2012 a despesa corrente registou uma contração de 5,2%, no ano seguinte registou um aumento de 4,5% e em 2014 voltou a contrair-se, embora de forma mais moderada (-0,4%). Este comportamento deriva, em grande parte, do

comportamento da rubrica remunerações dos empregados, que apresentou oscilações significativas nos últimos anos em resultado de alterações na política de remunerações, nomeadamente com a suspensão (e posterior reposição) do pagamento do subsídio de férias e de Natal. Em 2012 as despesas com remunerações diminuíram 12,9%, aumentaram 8,3% em 2013 e voltaram a diminuir em 2014 (variação de -3,9%).

Os outros componentes principais da despesa corrente aumentaram entre 2011 e 2014. As despesas com prestações sociais aumentaram 2,6%, enquanto as despesas com juros aumentaram 11,8%. Neste período, enquanto a despesa com remunerações diminuiu o seu peso relativo no total da despesa corrente em 2,3 pontos percentuais (p.p.), a despesa com prestações sociais aumentou o seu peso em 1,5 p.p. e a despesa com juros aumentou o seu peso relativo em 1,3 p.p..

QUADRO 4 - SALDOS DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

Unidade: Milhões de euros

ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS S13		2011	2012	2013	2014Po
B9	CAPACIDADE (+)/NECESSIDADE (-) LÍQUIDA DE FINANCIAMENTO (SALDO EM CONTAS NACIONAIS)	-13 006	-9 529	-8 245	-12 446
	SALDO CORRENTE	-7 233	-6 990	-4 799	-3 502
B9-D41	SALDO PRIMÁRIO	-5 402	-1 315	13	-3 944

Após reduções da necessidade líquida de financiamento do Setor das Administrações Públicas em 2012 e 2013, em 2014 esta necessidade voltou a aumentar. Este aumento deriva, em grande parte, do comportamento da despesa de capital, dado que o saldo corrente continuou a aumentar em 2014, tendência que se verifica desde 2011.

No que diz respeito ao saldo primário, ou seja, o saldo global excluindo o pagamento de juros, verifica-se em 2014 uma redução significativa face ao ano anterior, registando-se um saldo primário negativo no valor de cerca de 3,9 mil milhões de euros (saldo primário positivo de 13 milhões de euros em 2013). Em 2014, excluindo operações de natureza extraordinária (capitalização do Novo Banco, registo das operações de financiamento do Estado à STCP e à Carris e *write-off* de *non performing loans* do BPN Crédito, detidos pela Parvalorem, S.A.), o saldo primário foi positivo em 2.242 milhões de euros (que compara com 713 milhões de euros em 2013, excluindo a operação extraordinária de capitalização do BANIF).

## Revisões

A presente informação inclui revisões das contas das Administrações Públicas para os quatro anos apresentados. As revisões de 2011 e 2012 decorrem da classificação, no setor das AP, da SPGM – Sociedade de Investimento, S.A. e do Fundo de Contragarantia Mútuo (FCGM), em resultado de uma análise detalhada no contexto mais amplo da criação da IFD - Instituição Financeira de Desenvolvimento. As revisões subjacentes a 2013 resultam da incorporação de informação final e detalhada, agora disponível para todas as entidades das AP, assumindo estes dados uma natureza final. As revisões em 2014 refletem, sobretudo, a inclusão de 4,9 mil milhões de euros relativo à capitalização do Novo Banco (NB) como transferência de capital, bem como a incorporação de dados revistos da Administração Local, do Serviço Nacional de Saúde e da Informação Empresarial Simplificada (IES).